

EDITAL 08/2026 – PROCESSO 08/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 08/2026

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO – SAAEB AMBIENTAL** torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, regida integralmente pela **LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**, pelo Decreto Municipal nº 16.570/24 (que regulamenta a NLLC no âmbito local), e pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Aplicam-se, ainda, as demais normas regulamentares vigentes e as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos. A sessão pública será realizada por meio do sistema eletrônico, observando-se os prazos e ritos procedimentais da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Data da sessão: 13/05/2026

Horário: 09:31

Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br

Critério de Julgamento: menor preço GLOBAL por LOTE

Modo de disputa: aberto.

Preferência ME/EPP/Equiparadas: NÃO¹

Impugnações e Esclarecimentos até às 23:59 horas do dia 08/05/2026.

1. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO.

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de tubos em polietileno de alta densidade (PEAD), tipo liso, destinados à implantação de emissário de esgoto sanitário do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bebedouro – SAAEB, compreendendo o fornecimento integral dos materiais, inclusive carga, transporte, descarga e entrega no local indicado pela Autarquia, conforme quantidades e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos.

LOTE ÚNICO - Os tubos deverão ser em barras contínuas de 12 metros cada.

ITEM	MATERIAIS	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1.1.	Tubo em polietileno de alta densidade PEAD PE 100, DE 400 mm, PN-8, incluso transporte.	60,00	m	R\$ 595,05	R\$ 35.703,00
1.2.	Tubo em polietileno de alta densidade PEAD PE 100, DE 800 mm, PN - 8, incluso transporte.	1.908	m	R\$ 2.410,03	R\$ 4.598.337,24

¹ NOTA EXPLICATIVA: A presente contratação dar-se-á em lote único, sem reserva de cota para ME/EPP, dada a inviabilidade técnica de fracionamento do objeto. A medida visa garantir a integridade estrutural do sistema em PEAD, a padronização das soldas e a responsabilidade técnica única pela estanqueidade.

- 1.2. A despesa total estimada para este procedimento licitatório será de **R\$ 4.634.040,24 (quatro milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, quarenta reais e vinte e quatro centavos) – Valor Teto.**

2. DOS RECURSO ORÇAMENTÁRIOS

A despesa para atender a esta licitação, informada a seguir, e por conta da dotação orçamentária específica a ser consignada no orçamento seguinte, suplementada se necessário for: **0269 4 4 90 30 00 17 512 5008 1015 04 – Material de Consumo.**

3. DO CREDENCIAMENTO.

- 3.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.
- 3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.
- 3.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.**

- 4.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2.1.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às licitantes MPE'S que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, a saber R\$ 4.800.000,00, ainda que o desenquadramento ocorra no ano-calendário seguinte. [DESENQUADRAMENTO FICTO];
- 4.2.2.** A licitante MPE deverá declarar (**VIDE ANEXO X**), formalmente, a observância do limite de R\$ 4.800.000,00 em contratos realizados com a Administração Pública (em geral) no ano calendário de realização da licitação.
- 4.2.3.** Caso haja dúvida fundada, o Pregoeiro poderá solicitar comprovação da observância do limite, referido no item anterior, em sede de diligência, a qual deverá ser atendida prontamente pelo licitante.
- 4.2.4.** A licitante MPE que declarar a observância do limite, caso seja comprovado posteriormente a não observância, será responsabilizada pela apresentação de declaração falsa em processo licitatório.
- 4.2.5.** No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, cuja estimativa total, do item ou de lote, seja superior a R\$ 4.800.000,00, as MPE's não terão direito a qualquer tratamento diferenciado.
- 4.2.6.** No caso de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia, cuja estimativa total, do item ou de lote, seja superior a R\$ 4.800.000,00, as MPE's não terão direito a qualquer tratamento diferenciado.
- 4.3.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- 4.5.** No (s) lote (s) exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, se for o caso;
- 4.6.** No (s) lote (s) em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não

ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

- 4.7. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.8. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.9. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.10. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;
- 4.11. Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 4.12. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.13. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- 4.14. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 4.15. **Não poderão participar desta licitação os interessados:**
- 4.16. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);
- 4.17. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 4.18. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.19. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados (se for o caso);
- 4.20. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- 4.21.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.22.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.23.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.24.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.25.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 4.26.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.27.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.28.** O impedimento de que trata o item 4.21 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.29.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.19 e 4.20 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (quando for o caso).
- 4.30.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.31.** O disposto nos itens 4.19 e 4.20 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução (se for o caso).
- 4.32.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro

internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.33. A vedação de que trata o item 4.28 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA.

5.1. A cessão ou transferência contratual (total ou parcial), a qual possui natureza jurídica distinta, rege-se por regras mais restritivas e só é admitida em circunstâncias excepcionais previstas legalmente, dependendo também de anuência expressa da Administração.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **concomitantemente** com os **documentos de habilitação exigidos no edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste, e poderão ser retiradas ou substituídas até 01 (um) minuto antes da abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante mais bem classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

- 7.1.** O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1.** Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;
 - 7.1.2.** Marca de cada item ofertado (se for o caso);
 - 7.1.3.** Fabricante de cada item ofertado (se for o caso);
 - 7.1.4.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 7.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 7.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 7.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5.** As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 7.5.1.** Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da LC 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
 - 7.5.2.** Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da LC 123, de 2006.
- 7.6.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem

como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 7.7.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 DIAS**, a contar da data de sua apresentação.
- 7.8.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 7.9.** O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

- 8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 8.6. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.
- 8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.8. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 500,00 (quinhentos reais) global/lote**.
- 8.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 8.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.16. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 8.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

- 8.20.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.21.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.22.** Em relação a lote (s) não exclusivo (s) para participação de microempresas e empresas de pequeno porte (se for o caso), uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
- 8.23.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.24.** A mais bem classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.25.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.26.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, aplicar-se-á o Art. 60 da Lei 14.133/21.
- 8.27.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 8.28.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.29.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

- 8.30.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 8.30.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 8.30.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
 - 8.30.3.** desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 8.30.4.** desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- 8.31.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos ou prestados por:
- 8.31.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 8.31.2.** empresas brasileiras;
 - 8.31.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 8.31.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 8.32.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.32.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 8.32.2.** O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.33.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA E ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO.

- 9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 9.2.** Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.
- 9.3.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 9.3.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 9.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 9.5.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.6.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.
- 9.7.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.7.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 9.7.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso,

por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

- 9.8.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.9.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 9.10.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 9.10.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 9.10.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.10.3.** No (s) lote (s) não exclusivo (s) para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte (quando for o caso), sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.11.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
- 9.12.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
 - b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
 - c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
 - d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10. DA HABILITAÇÃO.

- 10.1.** COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

- 10.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);
- 10.1.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 10.1.3.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>.
- 10.1.4.** Certidão da Controladoria-Geral da União: <https://certidoes.cgu.gov.br/>.
- 10.1.5.** OS ANEXOS (III, IV, V, VI, VII, VIII, IX E X) PRESENTES NESTE EDITAL SÃO PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO EM CASO DE NÃO APRESENTAÇÃO DOS MESMOS.**
- 10.1.6.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 10.1.6.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 10.1.6.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.1.6.3.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 10.1.7.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.1.7.1.** Essa decisão será tomada, considerando a abrangência e a extensão das sanções administrativas identificadas, em conformidade com os §§ 4º e 5º do artigo 156 da Lei 14.133/2021 e com a Súmula 51 do TCE/SP².

² SÚMULA Nº 51 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (Art. 87, IV da Lei Federal nº 8.666/1993) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (Art. 87, III da Lei Federal nº 8.666/1993 e Art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.

- 10.2.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 10.3.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à habilitação técnica.
- 10.3.1.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 10.3.2.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (es) válida (s).
- 10.3.3.** Deverá cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de inabilitação.
- 10.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 10.6.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.7.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.7.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 10.8.** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.9. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 10.9.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.9.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.9.3.** No caso de **sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.9.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 10.9.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 10.9.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971 (se for o caso);
- 10.9.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 10.9.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.10. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 10.10.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 10.10.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.10.3.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários

federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 10.10.4.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.10.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- 10.10.6.** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- 10.10.7.** Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- 10.10.8.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.10.9.** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998 (ANEXO IV);
- 10.10.10.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 10.10.11.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 10.10.12.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 10.10.13.** A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital,

sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 03 – Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:

“Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro”.

10.11.HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

10.11.1. Certidão Negativa de Feitos sobre Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

10.11.2. A certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial não implica na imediata inabilitação, será oportunizado à licitante a comprovação de dispor do respectivo plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação³.

10.11.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme os índices descritos no item 10.11.4;

10.11.3.1. O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) deverão corresponder à cópia legível e autenticada das páginas do Livro Diário Geral, onde foram transcritos o Balanço Patrimonial e DRE do último exercício, já exigíveis, com as assinaturas do representante da empresa e do profissional habilitado da área contábil (art. 69, inc. I, § 1º da Lei 14.133/21) e cópia legível e

³ Nesse sentido a Súmula 50 TCESP (Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital).

autenticada dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Geral (devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório de Registro ou pelo SPED Contábil);

- 10.11.3.2.** No caso de pessoas jurídicas enquadradas no SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), estas poderão apresentar como alternativa, as demonstrações digitais e a comprovação da entrega dos arquivos digitais perante a Receita Federal, sendo que os documentos impressos devem ser extraídos do livro digital e conter o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital, o Termo de Autenticação na Junta Comercial, todos emitidos pelo Programa Validador e Autenticador (PVA);
- 10.11.3.3.** Em se tratando de sociedade por ações ("SA"), deverão ser apresentadas as publicações em órgão de imprensa oficial, na forma da legislação vigente.
- 10.11.3.4.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 10.11.3.5.** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 10.11.4.** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 10.11.5.** Comprovação de capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado do Objeto.
- 10.12.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 10.13.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

11.1. Após a conclusão da fase de lances e habilitação, o licitante vencedor deverá anexar sua proposta final atualizada no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, devendo a mesma constar:

- a) Razão social, CNPJ da empresa e assinatura do representante legal;
- b) Preço unitário e global de cada item do lote;
- c) Indicação do responsável pela assinatura do contrato e/ou empenho;
- d) Indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS.

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo estipulado no Portal de Compras Públicas.

- 12.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- 12.3. Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 12.4. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.
- 12.5. As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio do Sistema. Não serão recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente ao Pregoeiro ou enviadas por quaisquer outros meios (fax, correspondência, etc).
- 12.6. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade superior ao pregoeiro, com competência para decidir recursos para a decisão final no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 12.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.8. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.
- 12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

- 13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
 - 13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 - 13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

14.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudica e homologa a licitação.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DA GARANTIA DO OBJETO

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15.2. Da garantia do objeto: conforme Termo de Referência.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, quando for o caso.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.3.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

16.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- 16.4.1.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- 16.4.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 16.4.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 16.5.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato.
- 16.6.** Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.
- 16.7.** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 16.7.1.** Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 16.8.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

- 17.1.** Os preços são fixos e sem reajustes durante a vigência do contrato. Havendo prorrogação na vigência contratual o valor contratado poderá ser reajustado pela variação do índice do IPCA (IBGE) tomando-se por base o mês da apresentação das propostas. Durante a vigência do contrato (12 meses) os valores contratados poderão ser alterados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em conformidade com o Art. 25 § 7º da Lei federal 14.133/21.
- 17.2.** Em caso de pedido de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, deverá ser comprovado o desequilíbrio do contrato por parte da contratada por fato superveniente e imprevisível, não podendo a contratada paralisar o fornecimento dos produtos aguardando análise da solicitação por parte da equipe técnica e jurídica da contratante.

18. DA FISCALIZAÇÃO, GESTÃO, DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

- 18.1.** A fiscalização da execução do objeto ficará a cargo dos servidores do setor de engenharia, Sr. Willy Cardoso da Costa e Sr. Leandro Neves do Nascimento, enquanto a gestão do contrato será exercida pelo Diretor de Operação e Manutenção, Sr. Vinícius Costa Ferreira.
- 18.2.** O prazo de entrega é de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, emitida pelo SAAEB.
- 18.3.** A entrega total dos materiais contratados poderá ser em uma única etapa ou fracionada conforme ordem de serviço, conforme quantitativos e especificações estabelecidos no Termo de Referência.
- 18.4.** A contratada deverá fornecer, no ato da entrega conforme termo de referência⁴:
- certificados de qualidade do fabricante;
 - laudos de ensaios laboratoriais, incluindo, quando aplicável:
 - o ensaio de resistência à pressão interna;
 - o ensaio de tração;
 - o ensaio de alongamento;
 - o ensaio de estabilidade térmica;
 - o verificação dimensional.
- A Administração poderá, a seu critério, solicitar ensaios complementares para validação do material.
- 18.5. Local de Entrega:** Rua Cel. Joaquim José de Lima, nº 1016, Jd. Paraíso, Bebedouro/SP. A contratada deverá realizar a entrega de acordo com a solicitação de fornecimento, arcando com todos os custos operacionais de logística, incluindo frete e descarga, sem qualquer ônus adicional para a Autarquia.
- 18.6.** A data e horário de entrega deverá ser combinada com antecedência mínima de 48 h (quarenta e oito horas) com o (s) fiscal (is) do contrato, em horário comercial, pelo telefone (17) 3344-5400 ramal 285 ou pelos e-mails: willy.costa@saaebambiental.sp.gov.br e leandro.neves@saaebambiental.sp.gov.br.
- 18.7.** Multa por atraso na entrega, conforme Termo de Referência.
- 18.8.** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

⁴ A contratada deverá apresentar, no momento da entrega:

- termo de garantia do fabricante;
- certificados de qualidade;
- documentação técnica dos produtos.

A garantia deverá ser formal, expressa e rastreável, vinculada ao lote fornecido.

- 18.9.** O objeto da licitação será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências e mediante conferência visual e quantitativa, no ato da entrega.
- 18.10.** O objeto da licitação será recebido definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em prazo não superior a 90 (noventa) dias corridos a contar do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- 18.11.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 18.12.** O recebimento, conferência e vistoria da entrega dos produtos serão realizados pelo SETOR DE ALMOXARIFADO E/OU ENGENHARIA da contratante observando se o mesmo está atendendo os padrões exigidos no edital.
- 18.13.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. No decorrer da vigência do contrato o Contratante, a livre critério do Setor de Engenharia, poderá solicitar a entrega dos produtos em outras dependências deste órgão, seja no Município de Bebedouro, visando otimizar processos e adequar as entregas às reais necessidades, devendo então a Contratada executar os procedimentos de entrega dos objetos solicitados no novo local, não podendo solicitar adicional por essas alterações.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

- 19.1.** Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital, a **CONTRATANTE** obriga-se a:
- 19.1.1.** Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- 19.1.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato através do Setor de Engenharia desta Autarquia.
- 19.1.3.** Notificar, por escrito, as imperfeições, falhas e/ou qualquer irregularidades constatadas, fixando prazo para a sua correção.
- 19.2.** Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital, a **CONTRATADA** obriga-se a:
- 19.2.1.** Zelar pelo perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Termo de Referência - Anexo I do Edital.
- 19.2.2.** Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal.

- 19.2.3.** Responsabilizar-se integralmente pelo produto contratado, em conformidade com as disposições do Termo de Referência - Anexo I do Edital, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outras que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la.
- 19.2.4.** Fornecer as notas fiscais/faturas, nos termos da lei.
- 19.2.5.** Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso deste contrato, algum documento perder a validade.
- 19.2.6.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, de transportes e taxas de administração, bem como despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, despesas operacionais com frete, carga e descarga, resultantes da execução deste Contrato, sendo que sua inadimplência, com relação a tais encargos, não transfere ao CONTRATANTE o ônus pelo seu pagamento, não podendo onerar o presente contrato.
- 19.2.7.** Responsabilizar-se por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, correndo às suas expensas os ressarcimentos e indenizações devidos.
- 19.2.8.** Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

20. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO.

- 20.1.** A empresa contratada deverá entregar o (s) produto (s) com as respectivas notas fiscais acompanhada do GFIP e comprovantes de pagamento de FGTS e INSS, quando for o caso.
- 20.2.** O setor de almoxarifado e/ou engenharia receberá, assinará e encaminhará a Nota Fiscal ao departamento responsável para a devida baixa e liquidação.
- 20.3.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 20.4.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade (se for o caso);
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o valor a pagar; e
 - e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 20.5.** O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da despesa.
- 20.6.** Quando da emissão da nota fiscal eletrônica de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção com o título de “IMPOSTO DE RENDA” no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1.234, de 2012 de acordo com o artigo 4º do Decreto Municipal nº 16.462 de 27 de novembro de 2023 e artigo 2º da IN RFB Nº 1.234, de 2012;
- 20.7.** Os serviços e produtos elencados no Art.4º da IN RFB 1.234, de 2012, não estão sujeitos à retenção, devendo ser informado a condição e o embasamento legal que sujeitou a não retenção, sob pena de retenção na forma do §4º do Art. 1º, conforme Decreto Municipal nº 16.462 de 27 de novembro de 2023.
- 20.8.** Os fornecedores que obtiverem isenções/imunidade, enviar declaração devidamente assinada dos anexos II ao IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, indicando a fundamentação legal (disposição legal) que embasa a sua isenção.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 21.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:
- 21.1.1.** Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
 - 21.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 21.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 21.1.4.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 21.1.5.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 21.1.6.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 21.1.7.** Apresentar declaração ou documentação falsa;
 - 21.1.8.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 21.1.9.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 21.1.10.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

- 21.1.11.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 21.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência por escrito (para infrações leves);
 - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, respeitados os limites do Art. 156, § 3º da Lei 14.133/21;
 - c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal por prazo não superior a 3 (três) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos (será instaurado processo por uma comissão composta por 02 ou mais servidores estáveis, conforme art. 158).
- 21.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 21.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.
- 21.5.** Serão publicadas na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, do Município de Bebedouro/SP e PNCP, as sanções administrativas previstas no ITEM 21.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
- 21.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 21.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:**
- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
 - b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
 - c) **PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

- 22.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.
- 22.2.** A **IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.**
- 22.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 22.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 22.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 22.6.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 22.7.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 22.8.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

- 23.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 23.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 23.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.10.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 23.10.1.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 23.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.12. O Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Bebedouro, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

23.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

23.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

23.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

23.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, <https://saaebambiental.sp.gov.br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Cel. Joaquim José de Lima, 1016, Centro, Bebedouro/SP, nos dias úteis, no horário das 09 às 15 horas, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

23.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA;

ANEXO X – DECLARAÇÃO DE NÃO DESENQUADRAMENTO FICTO;

ANEXO XI – MINUTA DO CONTRATO;





Tel. (17) 3344.5400
Rua Cel. Joaquim José de Lima, 1016 Centro – Bebedouro SP
CEP 14.701-450 - / CNPJ 44.405.967/0001-29
Inscrição Estadual 210.125.795.114
<https://saaebambiental.sp.gov.br/>

Licitações e Contratos

ANEXO XII – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO.

Bebedouro, 23 de abril de 2026

Elaborado por: Bruno Bianchi Coelho Alcaraz e Rodrigo Aparecido Nunes.

Marcelo Olenski da Fonseca e Castro
Diretor Financeiro

Antônio Francisco Armelin Gomes
Presidente



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

DATA:	Bebedouro, 23 de março de 2026
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO	ENGENHARIA 0030/2026
ÓRGÃO	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bebedouro - SAAEB
SETOR REQUISITANTE	Departamento de Engenharia

1. Objeto da Contratação

Constitui objeto da presente contratação a aquisição de tubos em polietileno de alta densidade (PEAD), tipo liso, destinados à implantação de emissário de esgoto sanitário do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bebedouro – SAAEB, compreendendo o fornecimento integral dos materiais, inclusive carga, transporte, descarga e entrega no local indicado pela Autarquia, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, condições de fornecimento e critérios de aceitação estabelecidos neste Termo de Referência, na planilha orçamentária e nos demais documentos que integram o processo administrativo.

Os materiais objeto desta contratação serão empregados na execução de trecho de emissário de esgoto sanitário projetado para interligação do sistema existente, sendo destinados especificamente à implantação de aproximadamente 1.908,00 metros de tubulação em PEAD DN 800 mm e 60,00 metros de tubulação em PEAD DN 400 mm, conforme diretrizes técnicas já definidas pelo Departamento de Engenharia.

A presente contratação refere-se exclusivamente ao fornecimento dos tubos, não abrangendo a execução dos serviços de engenharia para implantação do emissário, tais como mobilização de equipamentos, perfuração piloto, alargamento do furo, instalação por tração controlada, testes, comissionamento ou quaisquer outras etapas executivas da obra, as quais serão objeto de processo licitatório próprio para contratação da execução por Método Não Destrutivo – MND, na modalidade de perfuração direcional, conforme planejamento do SAAEB .

Os tubos a serem adquiridos deverão ser novos, sem uso anterior, de primeira qualidade, fabricados especificamente para aplicação em sistemas de esgotamento sanitário, com características compatíveis com o método executivo previsto para a obra, especialmente no que se refere à resistência mecânica, resistência à tração, flexibilidade, continuidade estrutural, estanqueidade e possibilidade de união por processos adequados, como termofusão ou eletrofusão, conforme especificações do projeto e exigências técnicas do sistema.

Considerando que o emissário será executado por Método Não Destrutivo (MND), a definição do objeto restringe-se a tubos PEAD lisos, excluindo-se materiais de características distintas, como tubos corrugados ou de outras tipologias construtivas, uma vez que tais alternativas não atendem adequadamente às exigências técnicas de instalação por perfuração direcional, sobretudo quanto à resistência aos esforços longitudinais de puxamento, à integridade estrutural contínua da linha e à segurança operacional durante a instalação.

A contratação será processada como aquisição de material, com julgamento pelo critério de menor preço, observada a descrição técnica completa do objeto, de modo a assegurar o fornecimento de materiais plenamente compatíveis com a necessidade pública identificada, com o projeto executivo do emissário e com a futura contratação da obra correlata.

2. Justificativa da Contratação

A presente contratação justifica-se pela necessidade de implantação de emissário de esgoto sanitário, integrante das ações de ampliação, adequação e melhoria do sistema de esgotamento sanitário operado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bebedouro – SAAEB.

O emissário tem como finalidade promover o transporte adequado dos efluentes sanitários desde o início do bairro Residencial Bebedouro até a Estação Elevatória de Esgoto do Jardim Itália, contribuindo para a melhoria da capacidade operacional do sistema, redução de sobrecargas nas redes existentes e eliminação de potenciais pontos de extravasamento.

Conforme definido em planejamento técnico do Departamento de Engenharia, a execução do emissário será realizada por meio de Método Não Destrutivo (MND), com perfuração direcional, técnica que se justifica pela necessidade de:

- minimizar interferências em vias públicas e áreas urbanizadas;
- evitar escavações extensivas e seus impactos associados;
- reduzir interferências em redes existentes (água, esgoto, drenagem, energia, telecomunicações);
- garantir maior segurança operacional e menor impacto ambiental durante a execução.

Nesse contexto, a escolha dos materiais a serem utilizados na obra torna-se fator crítico para a viabilidade técnica do empreendimento.

Os tubos em polietileno de alta densidade (PEAD), tipo liso, foram especificados por serem os únicos materiais que atendem de forma plena às exigências do método construtivo adotado, apresentando:

- elevada resistência à tração, indispensável para o processo de instalação por puxamento (pullback);
- flexibilidade compatível com as variações de trajetória da perfuração direcional;
- integridade estrutural contínua ao longo da linha;
- possibilidade de união por termofusão, garantindo estanqueidade total;
- elevada resistência química e durabilidade em contato com efluentes sanitários.

Destaca-se que materiais alternativos, como tubos de PVC, concreto ou ferro fundido, não apresentam desempenho adequado para aplicação em MND, especialmente em relação à resistência aos esforços longitudinais e à flexibilidade, o que inviabiliza sua utilização na solução adotada.

Adicionalmente, a presente contratação está diretamente vinculada à futura contratação dos serviços de execução do emissário, sendo que, conforme planejamento do SAAEB, os tubos em PEAD serão fornecidos pela Autarquia, cabendo à empresa contratada para os serviços de engenharia apenas a execução da perfuração direcional e instalação da tubulação.

Dessa forma, a aquisição prévia dos materiais mostra-se necessária para:

- garantir a disponibilidade dos tubos no momento da execução da obra;
- evitar atrasos no cronograma físico;
- possibilitar melhor planejamento logístico e operacional;
- assegurar a compatibilidade entre os materiais e o método executivo.

A não realização da contratação poderá resultar em:

- inviabilização da execução do emissário;
- atraso na ampliação do sistema de esgotamento sanitário;
- manutenção de condições operacionais inadequadas;
- riscos ambientais decorrentes de eventuais extravasamentos;

- prejuízos à saúde pública.

Por fim, ressalta-se que a presente contratação encontra-se alinhada às diretrizes da política de saneamento básico, contribuindo para a melhoria da infraestrutura urbana, preservação ambiental e promoção da qualidade de vida da população.

Diante do exposto, a aquisição dos tubos PEAD configura-se como medida tecnicamente indispensável, operacionalmente estratégica e plenamente justificada sob o interesse público, sendo essencial para a viabilização da solução de engenharia proposta.

3. Fundamentação Legal

A presente contratação será realizada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como demais normas legais e regulamentares aplicáveis às contratações públicas, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade e interesse público.

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a contratação encontra-se devidamente precedida de planejamento, consubstanciado na elaboração do Documento de Formalização de Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Mapa de Gerenciamento de Riscos (MGR), nos quais foram analisadas a necessidade da contratação, as soluções disponíveis no mercado, os riscos envolvidos e a viabilidade técnica da solução adotada.

O objeto da contratação enquadra-se como aquisição de bens comuns, conforme definição do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os materiais possuem especificações usuais de mercado, ainda que com requisitos técnicos específicos em razão da sua aplicação em obra de engenharia.

A definição das especificações técnicas observou o disposto no art. 41 da Lei nº 14.133/2021, sendo estabelecidos requisitos de desempenho e qualidade necessários ao atendimento da necessidade pública, sem restrição indevida à competitividade, ressalvada a exigência de características técnicas indispensáveis à aplicação dos materiais no método construtivo adotado.

A estimativa de custos foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante utilização de múltiplas fontes de pesquisa, incluindo consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Portal de Compras Públicas, BLL, bem como pesquisa direta junto a fornecedores do setor, considerando a especificidade do objeto e a baixa disponibilidade de referências para tubos PEAD lisos de grande diâmetro.

A opção pelo não parcelamento da contratação observa o disposto no art. 47 da Lei nº 14.133/2021, sendo tecnicamente justificada em razão da necessidade de padronização dos materiais, compatibilidade entre os elementos do sistema e adequada execução do emissário por método não destrutivo.

A contratação será processada por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, conforme disposto no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, com julgamento pelo critério de menor preço, nos termos do art. 33, inciso I, considerando tratar-se de aquisição de bens comuns.

Adicionalmente, a gestão e fiscalização contratual observarão o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, sendo designados gestor e fiscais para acompanhamento da execução e recebimento do objeto.

Por fim, serão aplicadas, no que couber, as disposições relativas a sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, bem como demais normas pertinentes à execução contratual e responsabilização das partes.

4. Descrição da Solução

A solução técnica adotada consiste na implantação de emissário de esgoto sanitário por meio de Método Não Destrutivo (MND), especificamente perfuração direcional horizontal (HDD), utilizando tubulação em polietileno de alta densidade (PEAD), tipo liso, a ser previamente adquirida pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bebedouro – SAAEB.

A presente contratação contempla exclusivamente o fornecimento dos tubos em PEAD, os quais constituem elemento essencial para a execução da obra, sendo posteriormente utilizados pela empresa a ser contratada para execução dos serviços de engenharia.

4.1. Caracterização da solução de engenharia

A implantação do emissário será realizada por meio de perfuração direcional, técnica que permite a execução de travessias subterrâneas sem a necessidade de abertura de valas contínuas, sendo especialmente indicada em áreas urbanizadas, sob vias públicas e em locais com interferências existentes.

O método construtivo compreende, de forma geral:

- execução de perfuração piloto guiada;
- alargamento progressivo do furo (reaming);
- instalação da tubulação por tração controlada (pullback);
- monitoramento contínuo de parâmetros operacionais;
- verificação da integridade da tubulação instalada.

Nesse processo, a tubulação é submetida a esforços significativos de tração, flexão e atrito, exigindo material com comportamento estrutural adequado.

4.2. Justificativa técnica da solução em PEAD liso

Os tubos em polietileno de alta densidade (PEAD), tipo liso, foram definidos como solução técnica em razão de suas propriedades mecânicas e operacionais, que os tornam adequados à aplicação em emissários executados por MND, destacando-se:

- elevada resistência à tração, necessária para suportar o esforço de puxamento durante a instalação;
- alta flexibilidade, permitindo acomodação em trajetórias curvas sem comprometimento estrutural;
- continuidade estrutural, especialmente quando utilizados com solda por termofusão, eliminando pontos de fragilidade;
- excelente estanqueidade, reduzindo riscos de infiltração e exfiltração;
- resistência química, compatível com efluentes sanitários;
- durabilidade elevada, com baixa necessidade de manutenção ao longo da vida útil.

Tais características são essenciais para garantir a segurança operacional durante a execução e o desempenho do sistema após sua implantação.

4.3. Inadequação de soluções alternativas

As alternativas tradicionais para condução de esgoto, como tubos de PVC, concreto e ferro fundido, não apresentam desempenho adequado para aplicação em MND, especialmente em relação a:

- baixa resistência à tração (PVC);
- elevada rigidez e baixa flexibilidade (concreto e ferro fundido);
- presença de juntas mecânicas suscetíveis a falhas;

- maior risco de ruptura durante o processo de instalação.

Dessa forma, tais materiais não atendem aos requisitos técnicos do método construtivo adotado, sendo inadequados para a solução proposta.

4.4. Integração com a contratação dos serviços de engenharia

A solução adotada prevê a separação entre o fornecimento dos materiais e a execução dos serviços, sendo:

- o SAAEB responsável pela aquisição dos tubos em PEAD;
- a empresa contratada para os serviços responsável pela execução do MND e instalação da tubulação.

Essa estratégia permite:

- maior controle sobre a qualidade dos materiais;
- padronização técnica do sistema;
- melhor planejamento da obra;
- maior eficiência na execução contratual.

4.5. Síntese da solução

A solução adotada é tecnicamente consolidada e amplamente utilizada em obras de saneamento de maior complexidade, especialmente em contextos urbanos, sendo caracterizada por:

- utilização de método construtivo de baixo impacto (MND);
- emprego de material de alto desempenho (PEAD liso);
- elevada confiabilidade operacional;
- compatibilidade com as condições do local de implantação.

Dessa forma, conclui-se que a solução proposta é a mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e de durabilidade, garantindo a viabilidade da implantação do emissário e o adequado funcionamento do sistema de esgotamento sanitário.

5. Requisitos de contratação

A presente contratação deverá atender rigorosamente aos requisitos técnicos, normativos, operacionais e de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência, sendo vedado o fornecimento de materiais que não atendam integralmente às especificações definidas.

5.1. Requisitos técnicos dos materiais

Os tubos deverão ser em polietileno de alta densidade (PEAD), tipo liso (parede maciça), não sendo admitidos tubos corrugados ou de dupla parede.

Deverão atender, no mínimo, às seguintes características:

- aplicação em sistemas de esgotamento sanitário;
- diâmetro nominal conforme planilha (DN 800 mm e DN 400 mm);
- classe de pressão e/ou SDR compatível com a aplicação (mínimo SDR adequado à instalação por MND);
- superfície interna lisa, sem irregularidades;
- resistência mecânica compatível com esforços de tração do método HDD;
- resistência à abrasão e agentes químicos presentes no esgoto;
- integridade estrutural ao longo de toda a extensão do tubo;
- os tubos deverão ser em barras contínuas de 12 metros cada.

5.2. Normas técnicas aplicáveis

Os materiais deverão atender integralmente às normas técnicas vigentes, especialmente:

- **ABNT NBR 15561** – Sistemas de adução e distribuição – tubos de PEAD;
- **ABNT NBR 7362** – Sistemas enterrados para condução de esgoto (quando aplicável);
- **ABNT NBR ISO 4427** (quando aplicável ao material);
- Normas internacionais equivalentes (ISO, ASTM), desde que tecnicamente compatíveis.

Na ausência de norma nacional específica aplicável a determinado requisito, deverão ser adotadas normas internacionais reconhecidas.

5.3. Requisitos específicos para aplicação em MND (HDD)

Considerando que os tubos serão instalados por perfuração direcional, deverão obrigatoriamente atender aos seguintes requisitos:

- resistência à tração compatível com o esforço de puxamento (pullback);
- capacidade de suportar curvaturas sem colapso estrutural;
- continuidade estrutural garantida por soldagem (termofusão/eletrofusão);
- ausência de juntas mecânicas frágeis;
- resistência a esforços combinados (tração + flexão + atrito).

O não atendimento a esses requisitos implicará rejeição do material.

5.4. Requisitos de fabricação

Os tubos deverão:

- ser fabricados com matéria-prima virgem (resina PEAD);
- apresentar homogeneidade estrutural;
- estar isentos de bolhas, fissuras, trincas ou defeitos;
- possuir acabamento uniforme.

Não será admitido material reciclado sem comprovação técnica de desempenho equivalente.

5.5. Identificação e rastreabilidade

Cada tubo deverá apresentar marcação permanente contendo, no mínimo:

- nome ou marca do fabricante;
- diâmetro nominal (DN);
- SDR ou classe de pressão;
- lote de fabricação;
- data de fabricação;
- norma de referência.

A ausência de identificação implicará rejeição do material.

5.6. Ensaios e controle de qualidade

A contratada deverá apresentar, no momento da entrega:

- certificados de qualidade do fabricante;
- laudos de ensaios laboratoriais, incluindo, quando aplicável:
 - ensaio de resistência à pressão interna;
 - ensaio de tração;
 - ensaio de alongamento;
 - ensaio de estabilidade térmica;
 - verificação dimensional.

A Administração poderá, a seu critério, solicitar ensaios complementares para validação do material.

5.7. Requisitos de fornecimento

O fornecimento deverá contemplar:

- entrega conforme cronograma definido pelo SAAEB;
- transporte adequado, evitando deformações;
- descarga em local indicado;
- acondicionamento que preserve a integridade do material.

5.8. Requisitos de armazenamento

Os tubos deverão ser armazenados:

- em superfície plana e nivelada;
- protegidos contra deformações;
- sem empilhamento inadequado;
- protegidos contra exposição excessiva a agentes externos.

5.9. Critérios de aceitação

Os materiais serão aceitos somente após:

- conferência dimensional;
- verificação visual;
- análise documental;
- conformidade com as especificações técnicas.

Serão rejeitados materiais que apresentem:

- deformações;
- fissuras ou danos;
- ausência de certificação;
- divergência técnica.

5.10. Garantia dos materiais

A contratada deverá garantir a qualidade, integridade e desempenho dos materiais fornecidos, responsabilizando-se integralmente por eventuais defeitos de fabricação, vícios ocultos ou inadequação técnica dos tubos em relação às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

5.10.1. Prazo de garantia

Os materiais fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração, sem prejuízo da aplicação das disposições do Código de Defesa do Consumidor e demais normas pertinentes quanto à responsabilidade por vícios ocultos.

Caso o fabricante ofereça prazo superior, este prevalecerá para todos os efeitos contratuais.

5.10.2. Abrangência da garantia

A garantia deverá abranger, no mínimo:

- defeitos de fabricação;
- falhas estruturais do material;

- não conformidade com as especificações técnicas (SDR, PN, matéria-prima, dimensões);
- perda de desempenho mecânico, especialmente resistência à tração;
- problemas relacionados à integridade do material durante armazenamento e instalação.

Considerando a aplicação em Método Não Destrutivo (MND), a garantia deverá assegurar que os tubos suportem adequadamente os esforços de:

- tração (pullback);
- flexão;
- atrito com o solo;
- deformações admissíveis durante a instalação.

5.10.3. Responsabilidade por vícios ocultos

A contratada responderá, independentemente do prazo de garantia, por vícios ocultos que comprometam a qualidade ou a funcionalidade dos materiais, ainda que identificados após a instalação dos tubos.

Nesses casos, a contratada será responsável por:

- substituição dos materiais defeituosos;
- ressarcimento de custos decorrentes;
- eventuais prejuízos causados à Administração.

5.10.4. Procedimento em caso de não conformidade

Na hipótese de identificação de defeitos ou não conformidades, a contratada deverá:

- substituir os materiais no prazo máximo de 10 dias, contados da notificação;
- arcar com todos os custos de retirada, transporte e substituição;
- garantir que os novos materiais atendam integralmente às especificações técnicas.

5.10.5. Garantia vinculada ao fabricante

A contratada deverá apresentar, no momento da entrega:

- termo de garantia do fabricante;
- certificados de qualidade;
- documentação técnica dos produtos.

A garantia deverá ser formal, expressa e rastreável, vinculada ao lote fornecido.

5.10.6. Limitações da garantia

Não serão considerados defeitos de fabricação:

- danos decorrentes de armazenamento inadequado após a entrega, desde que comprovadamente não atribuíveis à contratada;
- danos causados por execução inadequada dos serviços de instalação por terceiros.

Entretanto, caberá à contratada comprovar tecnicamente eventual exclusão de responsabilidade.

5.10.7. Compatibilidade com a aplicação

A garantia deverá assegurar que os materiais fornecidos são tecnicamente adequados à aplicação em emissário de esgoto executado por MND, não sendo admitida alegação posterior de incompatibilidade técnica.

5.10.8. Responsabilidade complementar

A garantia não exige a contratada de:

- cumprir integralmente as obrigações contratuais;
- responder por danos causados à Administração;
- sofrer aplicação de penalidades, quando cabível.

5.11. Vedação técnica expressa

Fica expressamente vedado o fornecimento de:

- tubos corrugados ou de dupla parede;
- materiais sem certificação;
- produtos fora das normas técnicas;
- tubos incompatíveis com instalação por MND.

6. Serviços a serem executados e estimativa de quantidade

A presente contratação contempla o fornecimento integral de tubos em polietileno de alta densidade (PEAD), tipo liso, destinados à implantação de emissário de esgoto sanitário, conforme quantitativos definidos em projeto executivo e planilha orçamentária elaborada pelo Departamento de Engenharia.

Os quantitativos foram dimensionados com base na extensão do emissário, considerando critérios técnicos de projeto, condições de execução por Método Não Destrutivo (MND) e margens operacionais necessárias à instalação.

6.1. Descrição dos itens

Item 1 – Tubo PEAD liso DN 800 mm

Descrição técnica:

Fornecimento de tubo em polietileno de alta densidade (PEAD), tipo liso (parede maciça), PN8, com diâmetro nominal DN 800 mm, destinado à implantação de emissário de esgoto sanitário por meio de perfuração direcional (HDD).

O material deverá apresentar características adequadas à instalação por método não destrutivo, incluindo:

- elevada resistência à tração para operação de pullback;
- flexibilidade compatível com trajetórias curvas;
- integridade estrutural contínua;
- superfície interna lisa, favorecendo o escoamento;
- compatibilidade com soldagem por termofusão;
- resistência química a efluentes sanitários.

Aplicação: Execução de trecho principal do emissário de esgoto, interligando áreas do sistema de coleta à estação elevatória.

Unidade de medição: metro (m) (barras com 12 metros cada).

Quantidade estimada: 1.908,00 metros.

Item 2 – Tubo PEAD liso DN 400 mm

Descrição técnica:

Fornecimento de tubo em polietileno de alta densidade (PEAD), tipo liso, PN8, com diâmetro nominal DN 400 mm, destinado à execução de trecho complementar do emissário, também por método não destrutivo.

O material deverá atender aos mesmos requisitos técnicos do item anterior, sendo adequado à instalação por perfuração direcional, incluindo:

- resistência mecânica e à tração;
- flexibilidade estrutural;
- estanqueidade;
- compatibilidade com sistemas de união por solda;
- resistência a agentes químicos.

Aplicação: Execução de trecho secundário/interligação do emissário.

Unidade de medição: metro (m) (barras com 12 metros cada).

Quantidade estimada: 60,00 metros.

6.2. Considerações técnicas sobre os quantitativos

Os quantitativos apresentados foram definidos com base em:

- projeto executivo do emissário de esgoto;
- extensão total dos trechos a serem implantados;
- condições de execução por MND;
- necessidade de continuidade da tubulação;
- margens técnicas para perdas operacionais e ajustes em campo.

Ressalta-se que, em razão da natureza da obra e das condições geotécnicas do terreno, poderão ocorrer ajustes pontuais nos quantitativos durante a execução, desde que devidamente justificados pela equipe técnica responsável.

6.3. Escopo do fornecimento

O fornecimento dos materiais deverá contemplar, obrigatoriamente:

- fabricação e disponibilização dos tubos conforme especificações técnicas;
- transporte até o local indicado pelo SAAEB;
- descarga adequada, sem danos aos materiais;
- entrega em condições apropriadas para armazenamento e posterior instalação;
- fornecimento de documentação técnica e certificações.

6.4. Limites do escopo

Não fazem parte do escopo desta contratação:

- execução da perfuração direcional (MND);
- instalação dos tubos;
- execução de soldas em campo;
- testes e comissionamento;
- escavações ou obras civis associadas.

Tais serviços serão objeto de contratação específica de serviços de engenharia.

6.5. Medição e controle

Para fins de controle contratual, os materiais serão medidos:

- por metro linear fornecido;
- conforme quantitativos efetivamente entregues;
- mediante conferência técnica e aceite da fiscalização.

7. Estimativa de Valor

A estimativa de valor da presente contratação foi elaborada pelo Departamento de Engenharia do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bebedouro – SAAEB, considerando os quantitativos definidos em projeto executivo e os preços unitários obtidos por meio de pesquisa de mercado.

7.1. Metodologia de formação de preços

A formação dos preços de referência observou o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, sendo realizada mediante a utilização de múltiplas fontes, com o objetivo de garantir a compatibilidade dos valores com os praticados no mercado.

Foram utilizadas as seguintes bases de consulta:

- Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- Portal de Compras Públicas;
- BLL – Bolsa de Licitações e Leilões;
- Pesquisa direta junto a fornecedores especializados no fornecimento de tubos PEAD;
- Levantamento técnico realizado pelo Departamento de Engenharia.

7.2. Análise das referências de mercado

Durante a pesquisa realizada nas plataformas públicas, verificou-se que:

- não foram identificadas contratações ou atas vigentes para tubos PEAD lisos com diâmetro DN 400 mm e DN 800 mm, especialmente para aplicação em emissários executados por método não destrutivo;
- os registros encontrados referem-se predominantemente a tubos PEAD corrugados, com parede interna lisa, destinados a aplicações distintas, como drenagem ou redes por gravidade;

Tal cenário evidencia a baixa recorrência de contratações públicas para tubos PEAD lisos de grande diâmetro, especialmente em aplicações específicas como emissários executados por MND.

7.3. Limitações das bases públicas

A ausência de referências adequadas nas bases públicas decorre de fatores técnicos e mercadológicos, tais como:

- utilização mais frequente de tubos corrugados em redes convencionais;
- menor número de obras que utilizam MND com grandes diâmetros;
- especificidade técnica do tubo PEAD liso para aplicação em perfuração direcional;
- natureza especializada do fornecimento.

Dessa forma, as bases públicas não se mostraram suficientes, isoladamente, para a formação de preços de referência confiáveis para o objeto pretendido.

7.4. Consolidação da estimativa

Diante das limitações identificadas, a estimativa de valor foi consolidada a partir de:

- cotações obtidas junto a fornecedores especializados;
- análise técnica comparativa entre materiais disponíveis no mercado;
- planilha orçamentária elaborada pela engenharia;
- compatibilização com valores praticados para produtos similares, ajustados à especificidade do objeto.

7.5. Adequação da estimativa

A metodologia adotada garante que os valores estimados:

- refletem a realidade do mercado para materiais de alta especificidade;
- são compatíveis com a aplicação em obra de engenharia por MND;
- atendem aos princípios da economicidade e razoabilidade;
- encontram respaldo técnico e documental no processo administrativo.

7.6. Considerações finais

Ressalta-se que a estimativa de valor apresentada não se baseia exclusivamente em dados genéricos de mercado, mas sim em levantamento técnico específico, adequado às características do objeto, especialmente no que se refere ao diâmetro elevado e à exigência de desempenho para instalação por perfuração direcional.

Dessa forma, conclui-se que a estimativa de custos se encontra devidamente fundamentada, tecnicamente justificada e compatível com os preços praticados no mercado, estando apta a subsidiar o processo licitatório.

Valor total estimado da contratação: **R\$ 4.634.040,24.**

8. Forma e Critério de Seleção do Fornecedor

A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, com julgamento pelo critério de menor preço.

8.1. Justificativa da modalidade

A adoção da modalidade pregão eletrônico justifica-se pelo fato de que o objeto da contratação consiste na aquisição de bens comuns, conforme definido no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os tubos em polietileno de alta densidade (PEAD), embora possuam requisitos técnicos específicos em função de sua aplicação, são produtos disponíveis no mercado, com características padronizáveis e passíveis de comparação objetiva entre propostas.

Ressalta-se que a especificação técnica detalhada constante neste Termo de Referência é suficiente para garantir a adequada definição do objeto, sem restringir indevidamente a competitividade, permitindo que diferentes fornecedores apresentem propostas equivalentes sob o ponto de vista técnico.

8.2. Forma de disputa

O certame será realizado na forma eletrônica, com utilização de sistema oficial de compras públicas, garantindo:

- ampla competitividade;
- transparência do processo;
- rastreabilidade dos lances;
- maior eficiência na condução do certame.

8.3. Critério de julgamento

O critério de julgamento será o de menor preço, aplicado ao lote único, considerando que:

- o objeto é padronizável;
- as especificações técnicas são claramente definidas;
- não há necessidade de avaliação de técnica e preço;
- a qualidade do material será assegurada pelos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

8.4. Justificativa do julgamento por menor preço

A adoção do critério de menor preço é adequada, uma vez que:

- o objeto não envolve soluções técnicas complexas ou inovadoras;
- os parâmetros de qualidade estão previamente definidos;
- a comparação entre propostas pode ser realizada de forma objetiva;
- a Administração busca a proposta mais vantajosa sob o aspecto econômico, sem prejuízo da qualidade.

8.5. Justificativa do não parcelamento do objeto

O julgamento será realizado por lote único, em razão da necessidade de:

- garantir a padronização dos materiais;
- assegurar a compatibilidade entre os tubos;
- evitar riscos de incompatibilidade técnica;
- facilitar a logística de fornecimento;
- garantir a adequada execução da obra por método não destrutivo (MND).

8.6. Critérios de aceitabilidade das propostas

Serão desclassificadas propostas que:

- apresentem valores superiores ao orçamento estimado;
- sejam manifestamente inexequíveis;
- não atendam às especificações técnicas exigidas;
- apresentem divergência em relação ao objeto.

8.7. Habilitação

Os critérios de habilitação deverão observar o disposto na Lei nº 14.133/2021, incluindo:

- habilitação jurídica;
- regularidade fiscal e trabalhista;
- qualificação econômico-financeira.

9. Regime de Execução

O objeto da presente contratação será executado sob o regime de fornecimento integral, em lote único, compreendendo a entrega total dos materiais contratados em uma única etapa ou fracionado conforme ordem de serviço, conforme quantitativos e especificações estabelecidos neste Termo de Referência.

9.1. Caracterização do regime adotado

O fornecimento integral consiste na entrega, de forma completa, de todos os itens contratados, em prazo previamente definido, após a emissão da ordem de fornecimento pela Administração.

A contratada será responsável por:

- disponibilizar a totalidade dos materiais contratados;
- realizar o transporte até o local indicado pelo SAAEB;
- efetuar a descarga adequada dos tubos;
- garantir a integridade dos materiais até o momento da entrega.

9.2. Justificativa técnica do fornecimento integral

A adoção do regime de fornecimento integral justifica-se pelas características técnicas e operacionais do objeto, especialmente:

- necessidade de disponibilização completa dos tubos antes do início da execução da obra;
- exigência de continuidade da tubulação, fundamental para execução por Método Não Destrutivo (MND);
- necessidade de planejamento logístico da obra, evitando paralisações;
- redução de riscos de incompatibilidade entre materiais de diferentes lotes;
- maior controle sobre a qualidade e padronização dos tubos fornecidos.

Considerando que a execução do emissário será realizada por perfuração direcional, a disponibilidade integral do material é condição essencial para garantir a continuidade do processo executivo, especialmente na etapa de instalação por tração (pullback).

9.3. Condições de entrega

A entrega deverá observar:

- local indicado pela Administração;
- condições adequadas de transporte e manuseio;
- integridade física dos tubos;
- conformidade com as especificações técnicas;
- apresentação de documentação técnica e fiscal.

9.4. Responsabilidade da contratada

A contratada será integralmente responsável por:

- quaisquer danos ocorridos durante transporte e descarga;
- fornecimento em desacordo com as especificações;
- atrasos na entrega;
- substituição de materiais não conformes.

9.5. Recebimento do objeto

O recebimento dos materiais ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento provisório: Realizado no ato da entrega, mediante conferência visual e quantitativa.

b) Recebimento definitivo: Realizado após verificação técnica detalhada, incluindo análise de conformidade com as especificações, certificações e condições dos materiais.

10. Prazo de Execução

O prazo estabelecido considera:

- o processo de fabricação dos tubos em PEAD de grande diâmetro (DN 800 mm e DN 400 mm);
- o tempo necessário para organização logística e transporte dos materiais;
- a complexidade do fornecimento, em razão do porte e volume dos tubos;
- a necessidade de atendimento ao cronograma da obra do emissário.

Para tubos de grande diâmetro, especialmente destinados a obras com MND, é comum a necessidade de fabricação sob encomenda, razão pela qual o prazo deve ser suficiente para garantir a qualidade do material e a viabilidade de fornecimento.

10.2. Prazo

Considerando as práticas de mercado e a complexidade do objeto, recomenda-se que o prazo de entrega seja fixado entre: **60 dias corridos**.

10.3. Condição de cumprimento do prazo

O prazo será considerado cumprido quando:

- todos os materiais forem entregues;
- houver conferência quantitativa;
- os tubos estiverem em perfeitas condições;
- a documentação técnica for apresentada.

10.4. Prorrogação de prazo

O prazo poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em situações como:

- ocorrência de caso fortuito ou força maior;
- dificuldades comprovadas na cadeia de fornecimento;
- situações excepcionais devidamente aceitas pela Administração.

10.5. Atrasos e penalidades

O não cumprimento do prazo estabelecido poderá ensejar:

- aplicação de penalidades contratuais;
- multa por atraso;
- demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.6. Compatibilidade com o cronograma da obra

O prazo de entrega deverá ser compatível com o cronograma da futura contratação dos serviços de execução do emissário, sendo essencial que os materiais estejam disponíveis antes do início da fase de instalação por MND, a fim de evitar paralisações e prejuízos à execução da obra.

11. Condição de Pagamento

O pagamento será realizado mediante medições dos itens efetivamente entregues e aprovados pela fiscalização, com emissão da respectiva Nota Fiscal, observando-se o prazo de até 30 (trinta) dias após o atesto da medição e a apresentação da documentação exigível.

12. Obrigações da Contratada

A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na legislação vigente, responsabilizando-se pelo fornecimento adequado dos materiais e pelo atendimento a todas as exigências técnicas, operacionais e contratuais.

12.1. Quanto ao fornecimento dos materiais

A contratada deverá:

- fornecer tubos em polietileno de alta densidade (PEAD), tipo liso, em conformidade com todas as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- garantir que os materiais sejam novos, sem uso anterior, de primeira qualidade e isentos de defeitos;

- assegurar que os produtos sejam compatíveis com a aplicação em emissário de esgoto executado por Método Não Destrutivo (MND);
- atender integralmente aos quantitativos e prazos estabelecidos.

12.2. Quanto à qualidade e conformidade técnica

A contratada deverá:

- garantir que os tubos atendam às normas técnicas aplicáveis (ABNT, ISO ou equivalentes);
- apresentar certificados de qualidade e fichas técnicas dos produtos;
- assegurar a rastreabilidade dos materiais (lote, fabricação, identificação);
- responder pela qualidade dos materiais fornecidos, inclusive após a entrega.

12.3. Quanto ao transporte e entrega

A contratada será responsável por:

- realizar o transporte dos tubos até o local indicado pelo SAAEB;
- adotar medidas adequadas para evitar danos durante o transporte;
- realizar a descarga dos materiais de forma segura;
- garantir que os tubos sejam entregues em perfeitas condições de uso.

12.4. Quanto à integridade dos materiais

A contratada deverá:

- assegurar que os tubos não apresentem deformações, fissuras ou danos;
- substituir, às suas expensas, qualquer material danificado ou fora das especificações;
- responsabilizar-se por perdas decorrentes de transporte inadequado.

12.5. Quanto à documentação

A contratada deverá fornecer, no ato da entrega:

- nota fiscal;
- certificados de qualidade;
- laudos de ensaio (quando aplicável);
- ficha técnica dos produtos;
- documentos que comprovem atendimento às normas técnicas.

12.6. Quanto aos prazos

A contratada deverá:

- cumprir rigorosamente o prazo estabelecido;
- comunicar previamente qualquer situação que possa comprometer a entrega;
- adotar medidas para evitar atrasos.

12.7. Quanto à responsabilidade técnica

A contratada deverá:

- garantir que os materiais fornecidos são adequados à aplicação prevista;
- prestar esclarecimentos técnicos quando solicitado pela Administração;
- disponibilizar suporte técnico, se necessário.

12.8. Quanto às não conformidades

A contratada deverá:

- substituir imediatamente materiais rejeitados pela fiscalização;
- arcar com todos os custos decorrentes de substituição;
- cumprir as determinações da fiscalização.

12.9. Quanto à legislação

A contratada deverá:

- cumprir a legislação vigente, incluindo normas ambientais, trabalhistas e fiscais;
- observar as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- manter regularidade fiscal e trabalhista durante toda a execução contratual.

12.10. Responsabilidade geral

A contratada será responsável por:

- quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros;
- prejuízos decorrentes de fornecimento inadequado;
- falhas no cumprimento das obrigações contratuais.

13. Obrigações da Contratante

A contratante deverá cumprir as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, assegurando as condições necessárias para o adequado fornecimento do objeto e a correta execução contratual.

13.1. Quanto à gestão e fiscalização

A contratante deverá:

- designar formalmente gestor e fiscais do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais;
- verificar a conformidade dos produtos com as especificações técnicas;
- registrar ocorrências e comunicar eventuais irregularidades à contratada.

13.2. Quanto ao recebimento dos materiais

A contratante deverá:

- disponibilizar equipe técnica para recebimento dos materiais;
- realizar conferência quantitativa no ato da entrega;
- proceder à verificação técnica e documental;
- formalizar o recebimento provisório e definitivo, conforme previsto neste Termo de Referência.

13.3. Quanto às condições de entrega

A contratante deverá:

- indicar previamente o local de entrega dos materiais;
- garantir acesso adequado ao local;
- assegurar condições mínimas para descarga e armazenamento inicial;
- orientar a contratada quanto a eventuais restrições logísticas.

13.4. Quanto ao pagamento

A contratante deverá:

- efetuar o pagamento conforme as condições estabelecidas no contrato;
- atestar a nota fiscal após verificação da conformidade do objeto;
- cumprir os prazos legais para pagamento.

13.5. Quanto à comunicação e apoio técnico

A contratante deverá:

- prestar informações necessárias à execução do contrato;
- esclarecer dúvidas técnicas da contratada;
- comunicar formalmente eventuais ajustes ou necessidades específicas;
- manter canal de comunicação ativo com a contratada.

13.6. Quanto à rejeição de materiais

A contratante deverá:

- rejeitar materiais que não atendam às especificações;
- formalizar as não conformidades identificadas;
- exigir substituição dos materiais inadequados.

13.7. Quanto à integração com a obra

A contratante deverá:

- compatibilizar o fornecimento dos materiais com o cronograma da obra do emissário;
- planejar o recebimento de forma a não comprometer a execução dos serviços de MND;
- garantir que os materiais estejam disponíveis antes do início da instalação.

13.8. Responsabilidade administrativa

A contratante deverá:

- cumprir as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- assegurar a regular instrução e execução do processo administrativo;
- adotar as medidas cabíveis em caso de inadimplemento contratual.

14. Gestão e Fiscalização do Contrato/Serviço

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especialmente designados, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, cabendo-lhes o controle, acompanhamento e verificação do cumprimento das obrigações contratuais, ficam designados:

Gestor do Contrato:

- Vinícius Costa Ferreira – Diretor de Departamento

Fiscais do Contrato:

- Willy Cardoso da Costa – Engenheiro Civil
- Leandro Neves do Nascimento – Engenheiro Civil

15. Penalidades

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitará à aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal cabíveis.

15.1. Tipos de sanções

Poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2. Multa por atraso na entrega

Em caso de atraso injustificado no fornecimento dos materiais, poderá ser aplicada multa de:

- **0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, calculada sobre o valor total do contrato, limitada a 20% do valor contratual.

O atraso será contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido.

15.3. Multa por inexecução parcial

No caso de inexecução parcial do objeto, poderá ser aplicada multa de:

- até **10% (dez por cento)** do valor da parcela não executada ou fornecida em desacordo.

15.4. Multa por inexecução total

No caso de inexecução total do contrato, poderá ser aplicada multa de:

- até **20% (vinte por cento)** do valor total do contrato.

15.5. Penalidades por fornecimento em desacordo

Caso sejam fornecidos materiais em desacordo com as especificações técnicas, a contratada estará sujeita a:

- rejeição dos materiais;
- obrigação de substituição imediata;
- aplicação de multa;
- demais sanções cabíveis.

15.6. Impedimento de licitar e contratar

Poderá ser aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente quando:

- houver falha grave na execução contratual;
- ocorrer comportamento inidôneo;
- houver descumprimento reiterado das obrigações.

15.7. Declaração de inidoneidade

Nos casos mais graves, poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

15.8. Processo administrativo

A aplicação de penalidades observará:

- instauração de processo administrativo;
- garantia do contraditório e ampla defesa;
- análise das justificativas apresentadas;

- decisão fundamentada pela autoridade competente.

15.9. Cumulatividade das sanções

As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da infração.

15.10. Responsabilidade da contratada

A aplicação de penalidades não exime a contratada de:

- reparar os danos causados;
- cumprir integralmente as obrigações assumidas;
- responder por prejuízos decorrentes de sua conduta.

16. Riscos da Contratação

A presente contratação foi submetida à análise de riscos, conforme Mapa de Gerenciamento de Riscos elaborado pelo Departamento de Engenharia, nos termos do planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021, visando identificar, avaliar e mitigar eventos que possam comprometer o sucesso da contratação e da futura execução do emissário de esgoto.

Conforme documento específico elaborado para esta contratação, os riscos foram analisados nas fases de planejamento e execução, sendo adotadas medidas preventivas e mitigadoras para cada situação identificada.

16.1. Riscos na fase de planejamento da contratação

a) Elaboração inadequada do Termo de Referência

Descrição:

Definição insuficiente ou inadequada das especificações técnicas dos tubos.

Impacto:

Aquisição de materiais incompatíveis com o método de perfuração direcional (MND), podendo ocasionar falhas estruturais, perdas de material e inviabilização da obra.

Medidas preventivas:

- detalhamento técnico rigoroso (SDR, resistência à tração, aplicação em MND);
- vinculação às normas técnicas aplicáveis;
- revisão técnica pelo Departamento de Engenharia.

Medidas mitigadoras:

- revisão do TR antes da publicação;
- ajustes técnicos no edital, se necessário.

b) Indisponibilidade financeira

Descrição:

Ausência ou insuficiência de recursos para viabilizar a contratação.

Impacto:

Atraso ou impossibilidade de execução da contratação.

Medidas preventivas:

- planejamento financeiro prévio;
- compatibilização com o orçamento da Autarquia.

Medidas mitigadoras:

- reprogramação orçamentária;

- priorização da contratação.

c) Dimensionamento inadequado dos quantitativos

Descrição:

Erro na definição das quantidades de tubos a serem adquiridos.

Impacto:

Falta ou excesso de material, comprometendo a execução do emissário e a eficiência do gasto público.

Medidas preventivas:

- utilização de projeto executivo como base;
- conferência técnica dos quantitativos;
- compatibilização com o TR da execução do MND.

Medidas mitigadoras:

- ajustes em contratações futuras;
- aquisição complementar, se necessário.

d) Pesquisa de preços inadequada

Descrição:

Formação de preços sem base adequada de mercado.

Impacto:

Licitação deserta, fracassada ou contratação com valores incompatíveis.

Medidas preventivas:

- pesquisa em múltiplas fontes (PNCP, BLL, Portal de Compras Públicas);
- consulta a fornecedores especializados;
- justificativa técnica da estimativa de preços.

Medidas mitigadoras:

- revisão da estimativa orçamentária;
- nova pesquisa de preços;
- adequação da planilha.

16.2. Riscos na fase de execução contratual

a) Contratação com preços acima do mercado

Descrição:

Aquisição com valores superiores aos praticados.

Impacto:

Potencial dano ao erário.

Medidas preventivas:

- utilização de múltiplas fontes de referência;
- pesquisa direta com fornecedores;
- observância do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Medidas mitigadoras:

- reavaliação dos preços;
- negociação com fornecedores;
- reforço da justificativa técnica.

b) Fornecimento de materiais em desacordo com as especificações

Descrição:

Entrega de tubos que não atendam às exigências técnicas.

Impacto:

Comprometimento da execução do emissário, especialmente no MND.

Medidas preventivas:

- especificações técnicas detalhadas no TR;
- exigência de certificação;
- fiscalização rigorosa no recebimento.

Medidas mitigadoras:

- rejeição dos materiais;
- substituição obrigatória;
- aplicação de penalidades contratuais.

c) Atrasos na entrega dos materiais

Descrição:

Descumprimento do prazo de fornecimento.

Impacto:

Prejuízo ao cronograma da obra do emissário.

Medidas preventivas:

- definição clara de prazos;
- planejamento antecipado da contratação;
- acompanhamento do fornecedor.

Medidas mitigadoras:

- aplicação de penalidades;
- reprogramação da obra;
- acionamento formal da contratada.

d) Insuficiência de recursos orçamentários

Descrição:

Falta de recursos para aquisição integral dos materiais.

Impacto:

Interrupção ou inviabilização da contratação.

Medidas preventivas:

- reserva orçamentária prévia;
- planejamento financeiro.

Medidas mitigadoras:

- reprogramação orçamentária;
- priorização da aquisição.

16.3. Considerações finais

A gestão de riscos adotada permite maior previsibilidade e controle da contratação, reduzindo a probabilidade de falhas e assegurando a adequada execução do objeto.

Destaca-se que os riscos identificados estão diretamente relacionados à criticidade dos materiais para execução do emissário por Método Não Destrutivo (MND), sendo as medidas propostas suficientes para mitigar impactos técnicos, operacionais e financeiros.

17. Responsáveis pelo TR

Willy Cardoso da Costa
Engenheiro Civil
Membro da equipe técnica

Leandro Neves do Nascimento
Engenheiro Civil
Membro da equipe técnica

Vinicius Costa Ferreira
Diretor de Departamento

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026

SESSÃO PÚBLICA: 13/05/2026, ÀS 09H31MIN
LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO ()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
TELEFONE:			FAX:			
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:			
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGÊNCIA:						
TIPO DE GARANTIA CONTRATUAL:						
LOTE ÚNICO (PARTICIPAÇÃO DE TODAS AS EMPRESAS)						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	Tube em polietileno de alta densidade PEAD PE 100, DE 400 mm, PN-8, incluso transporte.	m		60,00		
1.2	Tube em polietileno de alta densidade PEAD PE 100, DE 800 mm, PN-8, incluso transporte.	m		1.908		
TOTAL POR EXTENSO:						R\$

Os tubos deverão ser em barras contínuas de 12 metros cada

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESENTA) DIAS.
- 2 PRAZO DE INÍCIO DE FORNECIMENTO DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 3 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.

- 4 QUE O PRAZO DE INÍCIO DA ENTREGA DOS PRODUTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, E TODOS OS PRODUTOS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO E/OU NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL E/OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026

AO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

_____ EM, ___ DE _____ DE 2026.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O (A) SR (A), PORTADOR (A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ()⁵.

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EMPREGADOS EXECUTANDO
TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026

A Empresa.....(nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Local, ____ de _____ de 2026.

(Identificação e assinatura do representante legal do licitante)

OBS.:

- 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;**
- 2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.**

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA. (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026**, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E

F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

....., DE DE 2026.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026

AO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO
AO PREGOEIRO / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA, INSCRITA NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE _____/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____ EM, ___ DE _____ DE 2026.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



Tel. (17) 3344.5400
Rua Cel. Joaquim José de Lima, 1016 Centro – Bebedouro SP
CEP 14.701-450 - / CNPJ 44.405.967/0001-29
Inscrição Estadual 210.125.795.114
<https://saaebambiental.sp.gov.br/>

Licitações e Contratos

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº.....,
LOCALIZADA À....., DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021,
QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO
MUNICÍPIO DE BEBEDOURO/SP – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO –
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026.

....., DE DE 2026.

REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO IX – MODELO DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PROCESSO Nº 08/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 08/2026

AO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO

A Empresa.....(nome da empresa licitante)..., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo)....., declara, para os devidos fins, que os produtos são ofertados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, caso opte pelo benefício previsto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Local, ____ de _____ de 2026.

(Identificação e assinatura do representante legal do licitante)

OBS.:

1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;

2 - Abaixo da assinatura do representante legal deverá ter carimbo do CNPJ.

3 - De acordo com o art. 93 da Lei 8.213/1991, quando a licitante não possuir, em seu quadro de empregados, número suficiente para o enquadramento no referido dispositivo, a empresa não estará obrigada a reservar o percentual mínimo de pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social. (Neste caso, a empresa deverá enviar uma declaração comprobatória com a quantidade de funcionários), sob pena de desclassificação.

ANEXO X – MODELO DECLARAÇÃO DE NÃO DESENQUADRAMENTO FICTO

PROCESSO Nº 08/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 08/2026

AO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO

A empresa -----, CNPJ ----- DECLARA para os devidos fins, conforme exigência dos itens 4.2 a 4.2.6 do edital, que não celebrou contratos com a Administração Pública (em geral), neste ano calendário da licitação, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, a saber R\$ 4.800.000,00, ainda que o desenquadramento real ocorra no ano-calendário seguinte.

Nesse sentido, não se operou, portanto, o **DESENQUADRAMENTO FICTO**, previsto na Lei 14.133/2021.

-----, de ----- de 2026.

Assinatura do representante legal ou procurador da empresa:

RG: Órgão Expedidor:



ANEXO XI – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº
...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O SERVIÇO
AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE
BEBEDOURO E A EMPRESA *******

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO** com sede no (a), na cidade de /Estado ..., inscrito (a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado (a) pelo **PRESIDENTE**, Sr....., portador da Matrícula Funcional nº _____, conforme delegação de competência fixada pela Portaria nº 39.121, publicada no DOM de 07/02/2025 doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), (nome e função na Contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 08/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e alterações, e das demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 08/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de tubos em polietileno de alta densidade (PEAD), tipo liso, destinados à implantação de emissário de esgoto sanitário do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bebedouro – SAAEB, compreendendo o fornecimento integral dos materiais, inclusive carga, transporte, descarga e entrega no local indicado pela Autarquia, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1 O Edital da Licitação;

1.4.1.1 O Termo de Referência;

1.4.2 O Estudo Técnico Preliminar;

1.4.3 A Proposta da Contratada;

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses da assinatura do contrato.

2.2. O prazo de duração do Contrato poderá ser prorrogado, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. A eficácia do presente instrumento e de seus eventuais aditamentos está condicionada a sua divulgação, no prazo legal, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. Quando da emissão da nota fiscal eletrônica de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção com o título de “IMPOSTO DE RENDA” no corpo do documento fiscal ou equivalente observando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1.234, de 2012 de acordo com o artigo 4º do Decreto Municipal nº 16.462 de 27 de novembro de 2023 e artigo 2º da IN RFB Nº 1.234, de 2012;

3.4. Os serviços e produtos elencados no Art.4º da IN RFB 1.234, de 2012, não estão sujeitos à retenção, devendo ser informado a condição e o embasamento legal que sujeitou a não retenção, sob pena de retenção na forma do §4º do Art. 1º, conforme Decreto Municipal nº 16.462 de 27 de novembro de 2023.

3.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

3.6. Os fornecedores que obtiverem isenções/imunidade, enviar declaração devidamente assinada dos anexos II ao IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, indicando a fundamentação legal (disposição legal) que embasa a sua isenção.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

A despesa para atender a esta licitação, informada a seguir, e por conta da dotação orçamentária específica a ser consignada no orçamento seguinte, suplementada se necessário for: **0269 4 4 90 30 00 17 512 5008 1015 04 – Material de Consumo.**

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, mediante a regular entrega do objeto e apresentação do documento fiscal. É responsabilidade da contratada o envio da Nota Fiscal e dados bancários para os e-mails da Tesouraria (tesouraria.saaeb@gmail.com) e do Setor de Compras (compras@saaebambiental.sp.gov.br).

5.2. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da despesa.

5.3. Em caso de atraso de pagamento, motivado pela Administração Pública, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desde a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, tendo como base o Índice IPCA-IBGE do mês anterior ao pagamento da parcela.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. Os preços são fixos e sem reajustes durante a vigência do contrato. Havendo prorrogação na vigência contratual o valor contratado poderá ser reajustado pela variação do índice do IPCA (IBGE) tomando-se por base o mês da apresentação da proposta, após o período de (doze) meses. Durante a vigência do contrato (12 meses) os valores contratados poderão ser alterados, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em conformidade com o Art. 92 § 3º da Lei federal 14.133/21.

6.2. Em caso de pedido de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, deverá ser comprovado o desequilíbrio do contrato por parte da contratada por fato superveniente e imprevisível, não podendo a contratada paralisar o fornecimento dos produtos aguardando análise da solicitação por parte da equipe técnica e jurídica da contratante.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

7.1. O equilíbrio econômico-financeiro obedecerá aos Arts. 124, Inc. II, “d”, assim como o parágrafo único do Art. 131 da LF 14.133/2021.

7.2. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 01 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 da Lei 14.133/2021.

7.3. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 01 (um) mês.

8. CLÁUSULA OITAVA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DA GARANTIA DO OBJETO.

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8.2. Da garantia do objeto: **conforme Termo de Referência.**

9. CLÁUSULA NONA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

9.1. O regime de execução será a indireta, menor preço por LOTE.

9.2. O setor de almoxarifado e/ou engenharia receberá, assinará e encaminhará a Nota Fiscal ao departamento responsável para a devida baixa e liquidação.

9.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.4. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade (se for o caso);
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.5. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da despesa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

10.1. O prazo de entrega é de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, emitida pelo SAAEB.

10.2. A entrega total dos materiais contratados poderá ser em uma única etapa ou fracionada conforme ordem de serviço, conforme quantitativos e especificações estabelecidos no Termo de Referência.

10.3. A contratada deverá fornecer, no ato da entrega conforme termo de referência⁶:

- certificados de qualidade do fabricante;
- laudos de ensaios laboratoriais, incluindo, quando aplicável:
 - o ensaio de resistência à pressão interna;
 - o ensaio de tração;
 - o ensaio de alongamento;

⁶ A contratada deverá apresentar, no momento da entrega:

- termo de garantia do fabricante;
- certificados de qualidade;
- documentação técnica dos produtos.

A garantia deverá ser formal, expressa e rastreável, vinculada ao lote fornecido.

- o ensaio de estabilidade térmica;
- o verificação dimensional.

A Administração poderá, a seu critério, solicitar ensaios complementares para validação do material.

- 10.4. Local de Entrega:** Rua Cel. Joaquim José de Lima, nº 1016, Jd. Paraíso, Bebedouro/SP. A contratada deverá realizar a entrega de acordo com a solicitação de fornecimento, arcando com todos os custos operacionais de logística, incluindo frete e descarga, sem qualquer ônus adicional para a Autarquia.
- 10.5.** A data e horário de entrega deverá ser combinada com antecedência mínima de 48 h (quarenta e oito horas) com o (s) fiscal (is) do contrato, em horário comercial, pelo telefone (17) 3344-5400 ramal 285 ou pelos e-mails: willy.costa@saaebambiental.sp.gov.br e leandro.neves@saaebambiental.sp.gov.br.
- 10.6.** Multa por atraso na entrega, conforme Termo de Referência.
- 10.7.** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 10.8.** O objeto da licitação será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências e mediante conferência visual e quantitativa, no ato da entrega.
- 10.9.** O objeto da licitação será recebido definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em prazo não superior a 90 (noventa) dias corridos a contar do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- 10.10.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 10.11.** O recebimento, conferência e vistoria da entrega dos produtos serão realizados pelo SETOR DE ALMOXARIFADO E/OU ENGENHARIA da contratante observando se o mesmo está atendendo os padrões exigidos no edital.
- 10.12.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. No decorrer da vigência do contrato o Contratante, a livre critério do Setor de Engenharia, poderá solicitar a entrega dos produtos em outras dependências deste órgão, seja no Município de Bebedouro, visando otimizar processos e adequar as entregas às reais necessidades,

devendo então a Contratada executar os procedimentos de entrega dos objetos solicitados no novo local, não podendo solicitar adicional por essas alterações.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1. Por fim, distingue-se a subcontratação da cessão ou transferência contratual (total ou parcial), a qual possui natureza jurídica distinta, rege-se por regras mais restritivas e só é admitida em circunstâncias excepcionais previstas legalmente, dependendo também de anuência expressa da Administração.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FISCALIZAÇÃO.

12.1. A fiscalização da execução do objeto ficará a cargo dos servidores do setor de engenharia, Sr. Willy Cardoso da Costa e Sr. Leandro Neves do Nascimento, enquanto a gestão do contrato será exercida pelo Diretor de Operação e Manutenção, Sr. Vinícius Costa Ferreira.

12.2. Dentre as responsabilidades do fiscal está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, além das demais competências elencadas no Termo de Referência.

12.3. As responsabilidades do gestor abrangem a coordenação da fiscalização técnica e administrativa, a verificação do cumprimento das cláusulas contratuais, a gestão de riscos, a aplicação de sanções, a análise de alterações e a tomada de decisões relevantes para a execução do contrato até seu encerramento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

13.1. Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital, a **CONTRATANTE** obriga-se a:

13.1.1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

13.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato através do Setor de Engenharia desta Autarquia.

13.1.3. Notificar, por escrito, as imperfeições, falhas e/ou qualquer irregularidades constatadas, fixando prazo para a sua correção.

13.2. Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital, a **CONTRATADA** obriga-se a:

- 13.2.1.** Zelar pelo perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Termo de Referência - Anexo I do Edital.
- 13.2.2.** Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal.
- 13.2.3.** Responsabilizarem-se integralmente pelos produtos contratados, em conformidade com as disposições do Termo de Referência - Anexo I do Edital, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outras que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la.
- 13.2.4.** Fornecer as notas fiscais/faturas, nos termos da lei.
- 13.2.5.** Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso deste contrato, algum documento perder a validade.
- 13.2.6.** Responsabiliza-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, de transportes e taxas de administração, bem como despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, despesas operacionais com frete, carga e descarga, resultantes da execução deste Contrato, sendo que sua inadimplência, com relação a tais encargos, não transfere ao CONTRATANTE o ônus pelo seu pagamento, não podendo onerar o presente contrato.
- 13.2.7.** Responsabilizarem-se por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, correndo às suas expensas os ressarcimentos e indenizações devidos.
- 13.2.8.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:
 - 14.1.1.** Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- 14.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 14.2.1.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

- 14.2.2.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 14.2.3.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 14.2.4.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 14.2.5.** Apresentar declaração ou documentação falsa;
 - 14.2.6.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 14.2.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 14.2.8.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 14.2.9.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 14.3.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência por escrito;
 - b) Multa de 10 (dez) % do valor inadimplido;
 - c) Impedimento de licitar e contratar;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 14.5.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.
- 14.6.** Serão publicadas na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, do Município de Bebedouro/SP e PNCP, as sanções administrativas previstas no ITEM 14.3, c, d, acima, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
- 14.7.** DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

14.8. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- 14.8.1. PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- 14.8.2. PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- 14.8.3. PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- 14.8.4. PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- 14.8.5. PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – EXTINÇÃO.

15.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

15.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

15.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

15.1.3. O descumprimento total ou parcial das obrigações e das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento, na legislação vigente e na Resolução TCESP nº 11/2023, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, com base nos artigos 50, 121 e 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. Constituirão motivos para a extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

15.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

15.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.4.3. Indenizações e multas.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VEDAÇÕES.

16.1. É VEDADO À CONTRATADA:

16.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

16.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16.1.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao CONTRATADO contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES.

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Art. 125 da Lei 14.133/21).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS.

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO.

19.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado e do Município de Bebedouro/SP, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO.

20.1. É eleito o Foro da Comarca de Bebedouro/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., DE DE 2026.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

ANEXO XII
(Para preenchimento da contratante)
ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA
RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): ____
OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Bebedouro, ____ de _____ de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Página 77 de 78

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

GESTOR (ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Fiscalização

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

() - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.*

https://sso.tce.sp.gov.br/Portal/cadastro/cadastro_usuario.xhtml?jsessionid=301A01963949B64C565CDC65DAC360D1